

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário nos Estados do Amapá e Ceará e Livre Admissão no Estado do Pará – SICOOB COIMPPA, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018 o SICOOB COIMPA completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB COIMPPA obteve um resultado de R\$ 3.699.739,14 antes das destinações, representando um retorno anual de 6,51% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 33.572.140,25. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 51.976.150,84.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 51.976.150,84	100%
--------------------	-------------------	------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 10,93% da carteira, no montante de R\$ 5.678.914,40 .

4. Captação

As captações, no total de R\$ 25.722.947,52, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 17,10%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 8.936.670,00	34,74%
Depósitos a prazo	R\$ 16.786.277,52	65,26%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 44,49% da captação, no montante de R\$ 11.443.831,33.

5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB COIMPPA era de R\$ 56.845.806,45. O quadro de cooperados era composto por 2.310 cooperados, havendo uma redução de 2,25% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COIMPPA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,30% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2018, todos os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COIMPPA aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a ouvidoria do SICOOB COIMPPA registrou 03 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 03 reclamações, 02 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo

com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Maringá, 21 de março de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017							
(Em reais)							
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO NOS ESTADOS DO AMAPÁ E CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COIMPPA							
CNPJ nº 84.156.470/0001-39							
Ativo	Notas	31-dez-18	31-dez-17	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31-dez-18	31-dez-17
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	234.146,13	275.054,39	Depósitos à vista, sob aviso e a prazo	11	25.722.947,52	21.966.336,26
Relações interfinanceiras	4	33.572.140,25	30.826.057,96	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	-	1.341,24	5.479,61
Operações de crédito	5	12.037.534,15	11.320.053,15	Obrigações sociais e estatutárias	12.1	3.375.756,50	1.483.054,57
Outros créditos	6	1.249.459,36	260.706,45	Obrigações fiscais e previdenciárias	12.2	185.974,94	158.525,89
Outros valores e bens	7	28.833,19	9.969,88	Obrigações diversas	12.3	1.445.583,68	1.271.965,07
Total do ativo circulante		47.122.113,08	42.691.841,83	Total do passivo circulante		30.731.603,88	24.885.361,40
Não circulante							
Realizável a Longo Prazo				Patrimônio líquido			
Operações de crédito	5	37.895.678,77	37.922.155,13	Capital social	14.a	48.180.511,80	49.291.809,21
Total do realizável a longo prazo		37.895.678,77	37.922.155,13	Reserva legal	14.b	5.764.076,36	5.401.424,07
Permanente				Sobras acumuladas	14.c/d	2.901.218,29	3.560.807,49
Investimentos	8	1.696.240,92	1.538.973,99	Total do patrimônio líquido		56.845.806,45	58.254.040,77
Imobilizações de uso	9	807.976,79	929.940,43				
Intangível	10	55.400,77	56.490,79				
Total do permanente		2.559.618,48	2.525.405,21				
Total do ativo não circulante		40.455.297,25	40.447.560,34				
Total do ativo		87.577.410,33	83.139.402,17	Total do passivo e do patrimônio líquido		87.577.410,33	83.139.402,17
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							

Demonstração das sobras ou perdas (Em reais)				
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO NOS ESTADOS DO AMAPÁ E CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COIMPPA CNPJ nº 84.156.470/0001-39				
	Notas	2º Semestre de 2018	31-dez-18	31-dez-17
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	-	5.259.192,44	10.448.560,03	10.940.162,29
	17	5.259.192,44	10.448.560,03	10.940.162,29
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	-	(501.264,43)	(978.763,71)	(1.450.900,75)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(226.484,82)	(1.022.348,22)	(1.006.619,26)
	18	(727.749,25)	(2.001.111,93)	(2.457.520,01)
Resultado bruto da intermediação financeira		4.531.443,19	8.447.448,10	8.482.642,28
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços	-	313.148,10	602.250,04	426.524,20
Dispêndios e despesas de pessoal	19	(2.015.726,82)	(3.884.142,77)	(3.556.792,77)
Outros dispêndios e despesas administrativas	20	(996.979,19)	(2.181.006,45)	(2.254.125,50)
Dispêndios e despesas tributárias	-	(26.610,16)	(61.715,90)	(40.670,73)
Ingressos de depósitos intercooperativos	-	950.696,64	1.892.832,29	1.801.883,85
Outros ingressos e rendas operacionais	21	176.226,64	346.223,86	242.323,39
Outros dispêndios e despesas operacionais	22	(202.169,07)	(375.502,95)	(272.486,59)
		(1.801.413,86)	(3.661.061,88)	(3.653.344,15)
Resultado operacional		2.730.029,33	4.786.386,22	4.829.298,13
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais	-	11.055,02	11.770,07	1.159,13
Despesas não operacionais	-	(15.072,14)	(16.514,47)	(4.465,02)
	23	(4.017,12)	(4.744,40)	(3.305,89)
Resultado antes da tributação e das participações		2.726.012,21	4.781.641,82	4.825.992,24
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(10.186,50)	(41.927,41)
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		2.726.012,21	4.771.455,32	4.784.064,83
Juros ao capital	16	(1.071.716,18)	(1.071.716,18)	(223.458,24)
Resultado antes das destinações estatutárias		1.654.296,03	3.699.739,14	4.560.606,59
F A T E S - Atos não cooperativos	-	(73.216,27)	(73.216,27)	(109.597,22)
F A T E S - Atos cooperativos	-	(362.652,29)	(362.652,29)	(445.100,94)
Reserva Legal	-	(362.652,29)	(362.652,29)	(445.100,94)
Sobras líquidas do exercício/semestre		855.775,18	2.901.218,29	3.560.807,49
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
(Em reais)					
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO NOS ESTADOS DO AMAPÁ E CEARÁ E LIVRE					
ADMISSÃO NO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COIMPPA					
CNPJ nº 84.156.470/0001-39					
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2016	45.107.639,00	(450,22)	4.956.323,13	2.978.109,23	53.041.621,14
Destinação das sobras exercício anterior:					
Ao Capital	2.978.109,23	-	-	(2.978.109,23)	-
Movimentação de Capital:					
Integralização/subscrição de capital	2.143.933,87	(955,01)	-	-	2.142.978,86
(-) Devolução de capital	(1.158.071,95)	-	-	-	(1.158.071,95)
Estorno de Capital	(625,11)	-	-	-	(625,11)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	4.784.064,83	4.784.064,83
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(223.458,24)	(223.458,24)
Subscrição do Juros ao Capital	222.229,40	-	-	-	222.229,40
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	(109.597,22)	(109.597,22)
Destinação das sobras aos fundos obrigatórios:					
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(445.100,94)	(445.100,94)
Reserva Legal	-	-	445.100,94	(445.100,94)	-
Saldos em 31/12/2017	49.293.214,44	(1.405,23)	5.401.424,07	3.560.807,49	58.254.040,77
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(1.725.551,88)	(1.725.551,88)
Ao Capital	1.835.255,61	-	-	(1.835.255,61)	-
Movimentação de Capital:					
Integralização/subscrição de capital	1.653.169,64	(53.523,75)	-	-	1.599.645,89
(-) Devolução de capital	(5.544.958,57)	-	-	-	(5.544.958,57)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	4.771.455,32	4.771.455,32
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.071.716,18)	(1.071.716,18)
Subscrição do Juros ao Capital	1.009.772,29	-	-	-	1.009.772,29
IRRF sobre Juros ao Capital	(11.012,63)	-	-	-	(11.012,63)
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	(73.216,27)	(73.216,27)
Destinação das sobras aos fundos obrigatórios:					
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(362.652,29)	(362.652,29)
Reserva Legal	-	-	362.652,29	(362.652,29)	-
Saldos em 31/12/2018	48.235.440,78	(54.928,98)	5.764.076,36	2.901.218,29	56.845.806,45
Saldos em 30/06/2018	48.666.671,10	(8.037,01)	5.401.424,07	2.045.443,11	56.105.501,27
Movimentação de Capital:					
Integralização/subscrição de capital	852.301,93	(46.891,97)	-	-	805.409,96
(-) Devolução de capital	(2.282.291,91)	-	-	-	(2.282.291,91)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.726.012,21	2.726.012,21
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.071.716,18)	(1.071.716,18)
Subscrição do Juros ao Capital	1.009.772,29	-	-	-	1.009.772,29
IRRF sobre Juros ao Capital	(11.012,63)	-	-	-	(11.012,63)
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	(73.216,27)	(73.216,27)
Destinação das sobras aos fundos obrigatórios:					
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(362.652,29)	(362.652,29)
Reserva Legal	-	-	362.652,29	(362.652,29)	-
Saldos em 31/12/2018	48.235.440,78	(54.928,98)	5.764.076,36	2.901.218,29	56.845.806,45
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

Demonstração dos fluxos de caixa			
(Em reais)			
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO NOS ESTADOS DO AMAPÁ E CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COIMPPA			
CNPJ nº 84.156.470/0001-39			
	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	2.726.012,21	4.781.641,82	4.825.992,24
Ajustes por:			
Provisão para operações de crédito	132.564,63	634.907,49	(120.623,02)
IRPJ / CSLL	-	(10.186,50)	(41.927,41)
Depreciações e Amortizações	76.128,64	149.988,19	155.136,71
Provisão de Juros ao Capital	(1.071.716,18)	(1.071.716,18)	(223.458,24)
	1.862.989,30	4.484.634,82	4.595.120,28
Variação nos ativos e passivos			
Operações de crédito	(2.927.435,61)	(1.325.912,13)	9.242.318,67
Outros créditos	(923.726,88)	(988.752,91)	(8.104,67)
Outros valores e bens	33.011,37	(18.863,31)	(9.969,88)
Depósitos a Vista	2.222.323,24	2.710.699,92	2.217.660,13
Depósitos a Prazo	877.093,80	1.045.911,34	161.449,62
Outras obrigações	698.184,81	2.089.631,22	(188.263,73)
	(20.549,27)	3.512.714,13	11.415.090,14
Caixa gerado nas operações	1.842.440,03	7.997.348,95	16.010.210,42
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação no Intangível	(7.316,19)	(16.078,35)	(10.500,00)
Investimento em Imobilizado de Uso	(3.561,00)	(10.856,18)	(1.333,93)
Aplicação Investimentos	-	(157.266,93)	(159.262,88)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.877,19)	(184.201,46)	(171.096,81)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	805.409,96	1.599.645,89	2.142.978,86
Devolução de capital à cooperados	(2.282.291,91)	(5.544.958,57)	(1.158.071,95)
Estorno de Capital	-	-	(625,11)
Destinação de sobras de exercício anterior em C/C associados	-	(1.725.551,88)	-
FATES - Resultado de atos não cooperativos	(73.216,27)	(73.216,27)	(109.597,22)
FATES - Sobras do exercício	(362.652,29)	(362.652,29)	(445.100,94)
Subscrição do juros ao capital	1.009.772,29	1.009.772,29	222.229,40
IRRF sobre juros ao capital	(11.012,63)	(11.012,63)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(913.990,85)	(5.107.973,46)	651.813,04
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	917.571,99	2.705.174,03	16.490.926,65
No início do período	32.888.714,39	31.101.112,35	14.610.185,70
No fim do período	33.806.286,38	33.806.286,38	31.101.112,35
Variação Líquida das Disponibilidades	917.571,99	2.705.174,03	16.490.926,65
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA INTEGRANTES DO MINISTERIO PUBLICO E DO PODER JUDICIARIO NOS ESTADOS DO AMAPA E CEARA E LIVRE ADMISSAO NO ESTADO DO PARA - SICOOB COIMPPA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA INTEGRANTES DO MINISTERIO PUBLICO E DO PODER JUDICIARIO NOS ESTADOS DO AMAPA E CEARA E LIVRE ADMISSAO NO ESTADO DO PARA - SICOOB COIMPPA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **23/11/1994**, filiada à **CCC UNICOOB – SICOOB CENTRAL UNICOOB** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do **SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **COIMPPA** possui **1** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BELÉM - PA**.

O **COIMPPA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **21/3/2019**.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central

do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

q) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Caixa e equivalente de caixa

Em **31 de dezembro de 2018** e de **2017**, o caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	234.146,13	275.054,39
Centralização financeira – cooperativas (a)	33.572.140,25	30.826.057,96
TOTAL	33.806.286,38	31.101.112,35

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- I. Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- II. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- III. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- IV. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 100,91 % (2017 – 100,50 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 1.892.832,29 (2017 - R\$ 1.805.450,68), respectivamente, registrada no grupo "Ingressos de Depósitos Intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	4.996,02	-	4.996,02	3.695,33
Empréstimos	12.667.451,18	39.271.633,28	51.939.084,46	50.601.235,68
Títulos Descontados	-	-	-	29.964,05
Financiamentos	9.489,37	22.580,99	32.070,36	15.343,65
(-) Provisões para Operações de Crédito	(644.402,42)	(1.398.535,50)	(2.042.937,92)	(1.408.030,43)
TOTAL	12.037.534,15	37.895.678,77	49.933.212,92	49.242.208,28

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	5.424.295,94	-	-	5.424.295,94	-	542.324,59	-
A 0,5% Normal	29.437.816,39	618,51	32.070,36	29.470.505,26	(147.352,75)	38.345.383,40	(191.726,92)
B 1% Normal	5.486.035,06	91.958,87	-	5.577.993,93	(55.779,94)	2.793.534,90	(27.935,35)
B 1% Vencidas	62.395,03	-	-	62.395,03	(623,95)	10.168,22	(101,68)
C 3% Normal	3.446.690,29	31.000,40	-	3.477.690,69	(104.330,72)	4.845.967,97	(145.379,04)
C 3% Vencidas	150.900,02	-	-	150.900,02	(4.527,00)	247.225,88	(7.416,78)
D 10% Normal	5.780.877,23	6.128,18	-	5.787.005,41	(578.700,54)	2.467.231,25	(246.723,13)
D 10% Vencidas	329.881,25	4.936,82	-	334.818,07	(33.481,81)	417.336,35	(41.733,64)
E 30% Normal	242.993,28	12.819,83	-	255.813,11	(76.743,93)	194.361,47	(58.308,44)
E 30% Vencidas	342.895,69	18.382,52	-	361.278,21	(108.383,46)	90.175,19	(27.052,56)
F 50% Normal	51.731,42	9.787,00	-	61.518,42	(30.759,21)	-	-
F 50% Vencidas	78.560,95	230,98	-	78.791,93	(39.395,98)	18.991,08	(9.495,54)
G 70% Normal	138.068,18	12.423,17	-	150.491,35	(105.343,94)	61.699,93	(43.189,95)
G 70% Vencidas	83.795,92	-	-	83.795,92	(58.657,14)	22.903,59	(16.032,51)
H 100% Normal	301.676,39	3.234,90	-	304.911,29	(304.911,29)	335.296,07	(335.296,07)
H 100% Vencidas	390.712,90	3.233,36	-	393.946,26	(393.946,26)	257.638,82	(257.638,82)
Total Normal	50.310.184,18	167.970,86	32.070,36	50.510.225,40	(1.403.922,32)	49.585.799,58	(1.054.642,52)
Total Vencidos	1.439.141,76	26.783,68	-	1.465.925,44	(639.015,60)	1.064.439,13	(353.387,91)
Total Geral	51.749.325,94	194.754,54	32.070,36	51.976.150,84	(2.042.937,92)	50.650.238,71	(1.408.030,43)
Provisões	(2.010.284,20)	-32.493,37	-160,35	(2.042.937,92)	-	(1.408.030,43)	-
Total Líquido	49.739.041,74	162.261,17	31.910,01	49.933.212,92	-	49.242.208,28	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.752.834,07	8.724.865,71	39.271.626,16	51.749.325,94
Financiamentos	2.496,40	6.992,97	22.580,99	32.070,36
Conta Corrente	185.458,64	9.288,78	7,12	194.754,54
TOTAL	3.940.789,11	8.741.147,46	39.294.214,27	51.976.150,84

(*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	76.985,23	486.116,08	563.101,31	1,08%
Pessoa Física	117.769,31	51.295.280,22	51.413.049,53	98,92%
TOTAL	194.754,54	51.781.396,30	51.976.150,84	100,00%

(*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.408.030,43	1.528.653,45
Constituições	13.694.315,28	19.554.002,31
Reversões	(12.730.542,06)	(18.631.039,00)
Transferência para prejuízo	(328.865,73)	(1.043.586,33)
TOTAL	2.042.937,92	1.408.030,43

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	380.102,33	0,73%	470.525,89	0,93%
10 Maiores Devedores	3.136.914,82	6,04%	3.346.280,64	6,61%
50 Maiores Devedores	11.652.180,95	22,42%	11.568.819,39	22,84%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	2.161.164,86	1.175.136,84
Valor das operações transferidas no período	355.006,45	1.117.254,45
Valor das operações recuperadas no período	(710.570,05)	(131.226,43)
TOTAL	1.805.601,26	2.161.164,86

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 1.291.231,23 compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	15.373,64	68.844,97
Rendas a Receber	174.965,91	173.549,74
Diversos (a)	1.134.556,76	101.397,32
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(75.436,95)	(83.085,58)
TOTAL	1.249.459,36	260.706,45

(a) Refere-se a adiantamentos e antecipações R\$ 21.379,64, adiantamentos para pagamentos de nossa conta R\$ 37.346,00, impostos e contribuições a compensar R\$ 60.172,88, títulos e créditos a receber R\$ 4.216,10 e devedores diversos R\$ 1.011.118,80, compostos da seguinte forma:

Devedores Diversos	31/12/2018	31/12/2017
Pendências a Regularizar	7.557,51	-
Diferença de Caixa	-	38,76
Plano de Saúde a Receber	3.561,29	3.632,91
Pendências a Regularizar - Bancoob	1.000.000,00	-
TOTAL	1.011.118,80	3.671,67

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	1.050,00	665,00
Despesas Antecipadas (a)	27.783,19	9.304,88
TOTAL	28.833,19	9.969,88

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros e processamento de dados.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	1.601.839,79	1.456.287,73
Outras participações	94.401,13	82.686,26
TOTAL	1.696.240,92	1.538.973,99

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Edificações	4%	629.978,68	629.978,68
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-	(298.773,01)	(273.573,73)
Instalações	10%	234.430,40	234.430,40
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(68.013,01)	(45.339,85)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	339.629,92	341.233,56
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(156.873,69)	(132.311,18)
Sistema de Comunicação	20%	6.933,00	6.933,03
Sistema de Processamento de Dados	20%	349.274,19	347.846,47
Sistema de Segurança	10%	11.137,50	11.137,50
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-	(239.747,19)	(190.394,45)
TOTAL	-	807.976,79	929.940,43

10. Intangível

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis	20%	123.538,47	109.369,12
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	-	(68.137,70)	(52.878,33)
TOTAL	-	55.400,77	56.490,79

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	8.936.670,00	6.225.970,08
Depósito a Prazo	16.786.277,52	15.740.366,18
TOTAL	25.722.947,52	21.966.336,26

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.429.552,84	5,59%	1.774.915,80	8,08%
10 Maiores Depositantes	7.875.432,72	30,62%	8.388.019,72	38,19%
50 Maiores Depositantes	16.406.750,72	63,78%	16.211.929,46	73,80%

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.341,24	5.479,61
Sociais e Estatutárias	3.375.756,50	1.483.054,57
Fiscais e Previdenciárias	185.974,94	158.525,89
Diversas	1.445.583,68	1.271.965,07
TOTAL	5.008.656,36	2.919.025,14

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	933.940,50	1.222.393,77
Resultado de Atos com Não Associados	78.584,07	147.113,92
Sobras à disposição da Assembleia Geral	-	533,27
Cotas de Capital a Pagar (b)	2.363.231,93	113.013,61
TOTAL	3.375.756,50	1.483.054,57

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	185.974,94	158.525,89

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.186,98	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	409.464,38	457.382,07
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	61.146,61	39.823,44
Credores Diversos - País (c)	973.785,71	774.759,56
TOTAL	1.445.583,68	1.271.965,07

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, 13º salário, férias e provisões para despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 01/01/2018, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(c) Os Credores Diversos classificado em Diversos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Pendências a regularizar	5.938,51	8.307,69
Diferença de caixa	20,00	100,00
Pendências a regularizar Bancoob	203.493,87	722,15
Créditos de terceiros	36.529,37	634.605,31
Saldos credores - encerramento c/c	6.408,35	20.489,22
Seguros de terceiros a pagar	258.138,63	105.885,55
Plano de saúde de terceiros a pagar	458.073,15	-
Compromisso pela integralização de capital	4.022,87	3.554,49
Outros	890,96	-
Credores diversos-liquidação cobrança	270,00	1.095,15
TOTAL	973.785,71	774.759,56

13. Instrumentos financeiros

O **COIMPPA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2018**, a Cooperativa diminuiu seu capital social no montante de **R\$ 1.111.297,41**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	48.180.511,80	49.291.809,21
Associados	2.310	2.027

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06/04/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 1.835.255,61, devolução em conta corrente aos cooperados no valor de R\$ 1.721.294,29 e de R\$ 4.257,59 em capital a cooperados desligados.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	3.699.739,14	4.560.606,59
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(73.216,27)	(109.597,22)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.626.522,87	4.451.009,37
Reserva legal - 10%	(362.652,29)	(445.100,94)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(362.652,29)	(445.100,94)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.901.218,29	3.560.807,49

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	450.307,87	345.165,40
Despesas específicas de atos não cooperativos	(84.352,75)	(53.008,76)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(198.493,59)	(148.581,96)
Valores Conforme Resolução Sicoob Confederação nº 129 e nº 145	(89.500,86)	(30.671,57)
Resultado operacional	77.960,67	112.903,11
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(4.744,40)	(3.305,89)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.216,27	109.597,22
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	73.216,27	109.597,22

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	3.615,72	4.298,56
Rendas de Empréstimos	9.722.547,55	10.799.334,60
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	429,00	423,49
Rendas de Financiamentos	3.098,70	4.879,21
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	718.869,06	131.226,43
TOTAL	10.448.560,03	10.940.162,29

18. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação (a)	(978.763,71)	(1.450.900,75)
Provisões para Operações de Credito	(1.160.382,86)	(910.278,71)
Provisões para Outros Créditos	(65.658,33)	(97.511,87)
Operações de Credito de Liquidação Duvidosa	201.544,37	-
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	2.148,60	1.171,32
TOTAL	(2.001.111,93)	(2.457.520,01)

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(944.569,22)	(1.417.231,83)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(34.194,49)	(33.668,92)
TOTAL	(978.763,71)	(1.450.900,75)

19. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de honorários	(951.996,27)	(755.346,19)
Despesas de pessoal - Benefícios	(660.624,12)	(567.350,55)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(754.030,26)	(721.885,60)
Despesas de pessoal - proventos	(1.494.343,00)	(1.505.474,89)
Despesas de pessoal - treinamento	(221,32)	(1.176,00)
Despesas de remuneração de estagiários	(22.927,80)	(5.559,54)
TOTAL	(3.884.142,77)	(3.556.792,77)

20. Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(56.979,50)	(54.063,56)
Despesas de Aluguéis	(145.411,89)	(120.181,52)
Despesas de Comunicações	(91.645,84)	(103.149,20)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(62.195,95)	(59.656,86)
Despesas de Material	(29.529,84)	(19.455,68)
Despesas de Processamento de Dados	(141.546,31)	(116.748,39)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(21.379,95)	(6.804,29)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(10.007,85)	(7.990,44)
Despesas de Seguros	(16.064,00)	(14.009,39)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(237.404,74)	(170.022,11)
Despesas de Serviços de Terceiros	(97.451,70)	(93.346,79)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(175.173,21)	(161.324,53)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(113.174,58)	(152.747,41)
Despesas de Transporte	(62.834,12)	(53.299,40)
Despesas de Viagem no País	(12.647,22)	(6.961,62)
Outras Despesas Administrativas	(757.571,56)	(959.227,60)
Despesas de Depreciação	(149.352,77)	(155.136,71)
Despesas de Amortização	(635,42)	-
TOTAL	(2.181.006,45)	(2.254.125,50)

21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	3.199,13	51.912,52
Imposto De Renda	5.281,90	-
Outras	4.904,60	-
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	28.474,39	-
Rendas Juros Cartão De Crédito	108.932,48	118.266,82
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	9.677,37	15.379,21
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	5.000,52	1.308,15
Crédito Receita Sipag - Antecipação	38.359,22	4.048,87
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	30.315,46	25.613,54
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	21.109,79	14.835,33
Dividendos	11.711,26	-

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outras Rendas Operacionais	79.257,74	10.958,95
TOTAL	346.223,86	242.323,39

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(239.259,30)	(134.762,47)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(4.378,75)	(3.159,95)
Contribuições ao Fundo Garantidor de depósitos	-	(11.553,89)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-	(10,70)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(165,46)	(315,95)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(62,66)	(112,58)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(26.874,88)	(20.546,24)
Outras Despesas Operacionais	(54.964,34)	(62.435,84)
Garantias Financeiras Prestadas	(49.797,56)	(39.588,97)
TOTAL	(375.502,95)	(272.486,59)

23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos de Capital	11.151,45	62,34
Reversão de Provisões não Operacionais	-	19,90
Outras Rendas não Operacionais	618,62	1.076,89
(-) Perdas de Capital	(100,07)	-
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	(0,04)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(16.414,40)	(4.464,98)
Resultado Líquido	(4.744,40)	(3.305,89)

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	569.454,64	1,72%	2.021,54
TOTAL	569.454,64	1,72%	2.021,54
Montante das Operações Passivas	12.089.806,29	16,9%	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	497.422,83	2.916,07	0,93%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
------------------------	-------------------	-------------------------------	----------------

Depósitos a Vista	612.555,78	6,85%	-
Depósitos a Prazo	2.417.199,29	14,40%	0,47%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Empréstimos	1,72%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	92,81%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	1,37%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avals, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	40.712,63

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas totalizavam em **31 de dezembro de 2018** o valor de R\$ 177.861,23.

f) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Cédulas de Presença	(68.818,32)
Honorários - Conselho Administração	(62.284,78)
Honorários e Gratificações - Diretoria	(760.211,61)
Encargos Sociais	(202.656,70)

25. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO INTEGRMINISTERIO PUBLICO E DO PODER JUDICIARIO NOS ESTADOS DO AMAPA E CEARA E LIVRE ADMISSAO NO ESTADO DO PARA - SICOOB COIMPPA - COIMPPA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **COIMPPA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL UNICOOB** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL UNICOOB**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	35.173.980,04	32.282.345,69
Centralização Financeira	33.572.140,25	30.826.057,96
Investimentos	1.601.839,79	1.456.287,73

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis da CENTRAL UNICOOB, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitiram relatório de auditoria datado de 29 de janeiro de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

26. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

26.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos

de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência (PR)	56.296.867,49	58.214.383,03
Ativo Ponderado por Risco RWA	54.003.128,19	47.402.468,67
Índice de Basileia - %	104,25	122,81
Imobilizado para Cálculo do limite	807.976,79	946.773,48
Índice de imobilização (limite 50%) - %	1,44	1,63

BELÉM-PA, 31 de dezembro de 2018

JUDAS TADEU DE MESQUITA DOS SANTOS BRASIL

DIRETOR PRESIDENTE

LUCIMEIRE NUNES DE ARAUJO

DIRETOR DE NEGÓCIOS

FLAVIA RUIZ ANDRIAN

CONTADORA 066542/O-2 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário nos Estados do Amapá e Ceará e Livre Admissão no Estado do Pará – SICOOB COIMPPA
Belém/PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário nos Estados do Amapá e Ceará e Livre Admissão no Estado do Pará – SICOOB COIMPPA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário nos Estados do Amapá e Ceará e Livre Admissão no Estado do Pará – SICOOB COIMPPA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo SP, 21 de março de 2019.

Edimilson Artilha Vieira
Contador - CRC – SP 280575/O
CNAI 4726

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções, em cumprimento ao que determina o Art. 80, IV, do Estatuto Social da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Ministério Público nos Estados do Amapá e Ceará e Livre Admissão no Estado do Pará - SICOOB COIMPPA, representado pelos seus membros efetivos abaixo assinados, examinou o Balanço Patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como as Demonstrações do Resultado de Exercício e do Fluxo de Caixa, informando que estão aptos a ser apresentados.

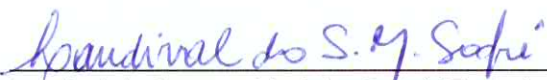
Após análise, fiscalização e conferência dos referidos documentos contábeis e financeiros, suas notas explicativas, o relatório de auditoria independente e do relatório de auditoria operacional interna, ambos com seus respectivos pareceres, o Conselho Fiscal concluiu que apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da COIMPPA e sua tentativa de sanar as desconformidades operacionais, em consonância com a política da governança.

Assim sendo, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária.

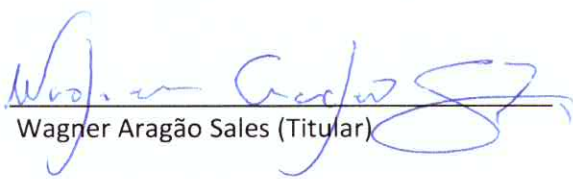
Belém (PA), 04 de abril de 2019



Diná Rodrigues de Matos da Silva (Titular)



Laudival do Socorro Marinho Sodré (Titular)



Wagner Aragão Sales (Titular)